



Câmara Municipal de Adrianópolis

- ESTADODOPARANÁ -

COMISSÕES PERMANENTES DE: LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E FINANÇAS E ORÇAMENTOS

RELATÓRIO CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 046/2022

OBJETO

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 640/2006 QUANTO A COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS"

A) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

I.- EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República.

Outrossim, trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal:

Art. 46. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:
IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções

Desta forma, quanto à competência, constitucionalidade, legalidade e iniciativa, esta Comissão Opina favorável a tramitação do Projeto de Lei.

M. Moraes



Câmara Municipal de Adrianópolis

- ESTADODOPARANÁ -

II. REGIMENTALIDADE

O Projeto cumpre as exigências regimentais.

III.- REDAÇÃO

O projeto atende as exigências a respeito da redação estabelecidas na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

B) COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

I - Análise

No que cabe a comissão de Finanças e orçamentos analisar, respaldadas pelo artigo 58 do Regimento interno desta casa de leis, não se vislumbra óbice ao pretendido. Portanto, visto que o presente projeto de lei atende aos pressupostos legais, o projeto encontra-se apto a ser votado até o presente momento cabendo ao douto e venerando plenário discutir e deliberar sobre o mesmo.

IV.- CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelos relatores, amparados pelos artigos 57 e 58, do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumprem a estas Comissões analisarem, não existem óbices quanto a legalidade do respectivo projeto razão pela qual encaminhamos o presente para discussão e deliberação do Douto e Soberano Plenário.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação deste Douto e Soberano Plenário, com base nas informações apresentadas, sem embargo de outras opiniões.

16/06/09



Câmara Municipal de Adrianópolis

- ESTADODOPARANÁ -

Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2022


Sandro Junior dos Santos

Relator da comissão de Legislação Justiça e Redação final


Mauró Duarte Viante

*Membro das Comissões de Legislação Justiça e redação final e
Finanças e Orçamentos*


Evandro Gonçalves Pontes

*Presidente da comissões de Legislação Justiça e Redação final e
Relator da Comissão de Finanças e Orçamentos*


Sidival Bacil de Souza

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento